

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA ABIN/GSI/PR

Termo de Referência 96/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
96/2025	110120-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA ABIN/GSI /PR	JOAO PEDRO GOMES DE JESUS	14/05/2026 11:58 (v 0.13)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		00091.002726/2025-71

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição com instalação de forro de fibra mineral, divisórias, portas, persianas, películas, luminárias e piso vinílico e aquisição sem instalação de cabo de cobre flexível, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	1	Forro de fibra mineral	S-18180	m²	3.480,00	162,97	567.135,60
	2	Divisórias moduladas	S-15814	m²	2.114,00	800,00	1.691.200,00
	3	Porta para divisória	S-15814	unidade	84	2.900,00	243.600,00
	4	Persiana vertical	S-25321	m²	3.585,00	66,50	238.402,50
	5	Películas de proteção solar	S-5584	m²	2.275,00	79,00	179.725,00
	6	Luminárias do tipo painel LED	S-13757	unidade	836	259,58	217.008,88
	7	Piso vinílico	S-5312	m²	4.486,00	268,50	1.204.491,00

1	8	Seção de 2,50 mm², com isolamento em PVC/A 450 /750V	M-250567	m	13.327,00	3,57	47.577,39
	9	Seção de 4,00 mm², com isolamento em PVC/A 450 /750V	M-408495	m	7.132,00	5,30	37.799,60
	10	Seção de 10,00 mm², com isolamento em PVC/A 450 /750V	M-250568	m	815,00	14,57	11.874,55
	11	Seção de 16,00 mm², com isolamento em PVC/A 450 /750V	M-254384	m	638,00	20,82	13.283,16
	12	Seção de 95,00 mm², com isolamento em PVC/A 0,6/1, 0KV	M-408525	m	2.240,00	130,19	291.625,60
VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO - VALOR MÁXIMO					4.743.723,28		

1.1.1. Parte dos itens de 1 a 7 do objeto deverão ser instalados no complexo sede da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, situado no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1 e 2, CEP 70610-905, Brasília/DF. O item 8 deverá ser entregue no mesmo endereço.

1.1.2. Parte dos itens de 1 a 7 do objeto deverão ser instalados na Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Planalto, localizada no endereço: Avenida do Exército, SN, SMU, Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Planalto; CEP 70630-903, Brasília. O item 8 deverá ser entregue no mesmo endereço.

1.1.3. Detalhamento do objeto:

a) Item 1. Forro de fibra mineral

Forro composto por placas de fibra mineral, modelado a úmido, livre de formaldeído, resistente a fungos/mofos e bactérias, com acabamento de superfície em pintura acrílica de ação bacteriostática, e com as seguintes propriedades:

- Modulação 625,00 x 625,00 mm, que deverá ser compatibilizada com a instalação de luminárias;
- Espessura mínima de 15,00 mm;
- Painéis do tipo lay-in;
- Coeficiente de Atenuação Acústica (CAC) mínimo de 30Db;
- Coeficiente de Redução de Ruído (NRC - Noise Reduction Coefficient) mínimo de 0,55;
- Coeficiente Térmico mínimo de 0,052 w/m°C;
- Índice de Absorção da Voz (SRA - Speech Range Absorption) mínimo de 0,60;
- Resistência ao fogo Classe A;
- Refletância luminosa mínima de 0,86;

- Resistência à umidade de RH90, ou superior; e
- Estrutura em perfis de aço galvanizado, em formato T, com pintura eletrostática na cor branca.

b) Item 2. Divisórias moduladas

Divisórias moduladas, em painéis cegos removíveis de saque frontal, altura piso-teto (i.e., piso-forro), com modulação de 900,00 mm a 1210,00 mm e espessura final mínima de 80 mm.

O acabamento previsto será em chapas de fibra de madeira de média densidade (MDF) com espessura mínima de 15,00 mm, padrão madeirado e cor maple bilbao (ou equivalente, a ser definido em conjunto com a fiscalização, no momento da requisição por meio de Ordem de Serviço - OS).

As placas individuais deverão ser de saque frontal, que proporcionam perfeito alinhamento e fácil acesso ao interior da divisória em eventuais serviços de readequações de ambientes e/ou de manutenção.

Deverá ser instalado isolamento acústico em lã de rocha com densidade não inferior a 32 kg/m³.

A estrutura metálica deverá ser executada em perfis de alumínio extrudado, cor preto (ou equivalente, a ser definido em conjunto com a fiscalização no momento da requisição por meio de OS), que permita a passagem de cabamentos de rede elétrica, de rede lógica e de rede telefônica, por toda sua extensão.

Os rodapés, também em alumínio e na mesma cor da estrutura metálica, deverão ser removíveis, possibilitando o acesso às canaletas de passagem de cabos, por ambas as faces (saque frontal), porém sem septos divisores.

Os rodapés deverão possuir altura mínima de 100,00 mm.

Os rodapés deverão permitir a instalação de pontos de tomada de embutir 4"x2", inclusive espelho de acabamento, o que deverá ser comprovado no protótipo (referência ILUMIN 80120, padrão utilizado no órgão, ou equivalente ou de melhor qualidade).

Tendo em vista a utilização de painéis de MDF/MDF e laminado melamínico, a Contratada deverá apresentar, para divisórias e para portas, a respectiva certificação de manejo florestal tais como FSC® (Forest Stewardship), CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) ou outras certificações equivalentes.

c) Item 3. Porta para divisória

Portas, em módulos de porta cega simples, com dimensões mínimas de 900,00 x 2.700,00 x 38,00 mm, no mesmo padrão das divisórias (item 2 do objeto).

A largura acima representa referencial e, para fins de acessibilidade, deverá garantir um vão livre com largura mínima de 800 mm.

A altura acima representa referencial e deverá ser compatibilizada com a altura do pé-direito dos ambientes e respectivas divisórias instaladas.

As portas deverão ser requadradas com fibra de madeira de média densidade (MDF), contraplacadas, em ambas as faces, com chapa de fibra de madeira de média densidade de 6 mm de espessura e encabeçamento em fita de PVC com 1 mm de espessura na mesma cor do laminado.

As portas deverão possuir miolo semi-acústico em lã de rocha, com densidade mínima de 32 kg/m³.

As portas deverão possuir todas as ferragens, necessárias ao seu funcionamento.

Deverão ser instaladas 4 (quatro) dobradiças por folha de porta, na cor da sua estrutura metálica.

Os portais deverão ser em estrutura metálica, em perfis de alumínio extrudado, na mesma cor da estrutura metálica das respectivas divisórias.

O acabamento previsto será em chapas de fibra de madeira de média densidade (MDF) com espessura mínima de 15,00 mm, padrão madeirado e cor maple bilbao (ou equivalente, a ser definida em conjunto com a fiscalização, no momento da requisição por meio de OS).

A referência técnica das fechaduras e das dobradiças será a LaFonte, ou equivalente ou de melhor qualidade.

A Contratada deverá apresentar 2 (duas) cópias de chave para cada fechadura instalada.

Tendo em vista a utilização de painéis de MDF/MDF e laminado melamínico, a Contratada deverá apresentar, para divisórias e para portas, a respectiva certificação de manejo florestal tais como FSC® (Forest Stewardship), CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) ou outras certificações equivalentes.

d) Item 4. Persiana vertical

Persiana vertical nova e de primeiro uso, constituída em tecido liso de juta, com blackout antichamas, na cor creme, com lâminas giratórias e retráteis de, aproximadamente, 89,00 mm de largura, sobreposição mínima das lâminas de 12 mm, altura e largura variáveis conforme local de instalação, comandadas por corrente de aço inox e cordões de polipropileno de alta resistência, que possibilitem a rotação de 180° e recolhimento para os lados (unilateral ou bilateral, conforme o caso), trilho em alumínio anodizado na cor natural e corrente de base PVC, com fornecimento de todos e quaisquer materiais e acessórios necessários à correta instalação das persianas e bandô/galeria revestida com o mesmo tecido da persiana, incluindo a necessidade de realizar recortes em virtude de ar-condicionado e demais interferências existentes nos locais de instalação.

e) Item 5. Películas de proteção solar

Películas de proteção solar profissional, de poliéster laminado. Fornecimento com instalação cor fumê, não pintada, com capacidade de bloqueio de 99% de raios ultravioleta (u.v.), dupla face contra raios u.v e tipo G5 (5% de visibilidade), dupla camada e anti-risco.

Deve refletir a energia solar de 22 a 57% e luz visível de 12 a 60%, transmitir energia solar de 9 a 37% e luz visível em até 7 a 47%.

Deve possuir garantia mínima de 3 (três) anos contra descoloração, ressecamento, enrugamento provocado por ação solar, delaminação e/ou formação de bolhas.

A Contratada deve fornecer todos e quaisquer materiais e acessórios necessários à correta instalação. A instalação deverá contemplar a remoção de eventuais vestígios existentes de instalações anteriores.

f) Item 6. Luminárias do tipo painel LED

Luminárias do tipo painel LED, tipo plafon de embutir, quadrada, dimensão compatível com os forros desta contratação (modulação de 625,00 x 625,00 mm), espessura máxima de 35 mm, potência mínima de 40 W, temperatura de cor mínima de 5.000 k (branco frio), fluxo luminoso mínimo de 3.600 lúmens, bivolt (110/220 V), 50/60 Hz, ângulo de feixe mínimo de 120°, fator de potência $\geq 0,5$, vida útil mínima 25.000 horas, ENCE Classe A, bordas brancas em alumínio, incluindo todos os seus acessórios e elementos de fixação, inclusive plugue macho.

A Contratada deverá instalar os elementos por meio de rabichos em cabo PP 2x1,5 mm² e plug fêmea 2P+T de 10A, conforme espaços e modulações dos forros executados.

A Contratada deverá apresentar o insumo com respectivo Selo ENCE (Etiqueta Nacional de Conservação de Energia), com logo do INMETRO e da OCP, número do registro, potência (w), fluxo luminoso (lm) e eficiência luminosa (lm/W).

g) Item 7. Piso vinílico

Pisos vinílicos, produto homogêneo e com desenho passante, em placas de 300,00 x 300,00 mm, espessura de 2,00 mm, peso médio de 6,98 Kg/m², resistente a agentes químicos (ABNT NBR 7374/2006), propagação superficial de chama classe A (NBR 9442/2019), estabilidade mínima da cor de 4 (ABNT NBR 7374/2006), resistividade elétrica superficial de $1,65 \times 10^{13} \Omega$ (ASTM D 257), resistente a agentes químicos (NBR 7374/2006), classificação de uso mínima Comercial 33 (ISO 10874/2009), na cor bege padrão das edificações da Contratante (referência TARKETT, linha PAVIFLEX NATURAL coleção FIT 24180200 - A 201, ou equivalente ou de melhor qualidade), ou, em caso de extinção dessa, outra a ser definida em conjunto pela fiscalização no momento da requisição por meio de OS.

A Contratada deverá executar também a remoção dos pisos vinílicos existentes nos ambientes onde os serviços de instalação serão executados, bem como a subsequente regularização/recomposição do contrapiso, com argamassa autonivelante.

h) Grupo 1. Cabos elétricos

Cabos elétricos, que deverão atender às prescrições da NBR NM 247 - Condutores isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V, da NBR 7288/2018 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de cloreto de polivinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1 kV a 6 kV, da NBR 5410/2004 (Versão Corrigida: 2008) - Instalações elétricas de baixa tensão e da NBR 7286/2022 - Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etilenopropileno (EPR, HEPR ou EPR 105) para tensões de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho.

Todos os cabos elétricos a serem fornecidos deverão ser de alta eficiência e dotados de certificação do INMETRO.

Cores a serem definidas pela Contratante a cada requisição por meio de OS, conforme NBR.

Serão previstos cabos de cobre flexível de (referências PRYSMIAN, CORFIO, INDUSCABOS, SIL, NAMBEI, ou equivalente ou de melhor qualidade):

h.1) Item 8. Seção de 2,50 mm², com isolamento em PVC/A 450/750 V.

h.2) Item 9. Seção de 4,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750 V.

h.3) Item 10. Seção de 10,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750 V.

h.4) Item 11. Seção de 16,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750 V.

h.5) Item 12. Seção de 95,00 mm², com isolamento em PVC/A 0,6/1,0 KV.

1.1.4. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Agência Brasileira de Inteligência - UASG 110120							
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO mínima	REQUISIÇÃO máxima	QUANTIDADE TOTAL	V ALOR TOTAL (R\$)
	1	Forro de fibra mineral	m²	100,00	600,00	1.980,00	322.680,60
	2	Divisórias moduladas	m²	50,00	300,00	1.114,00	891.200,00
	3	Porta para divisória	Unidade	3	15	44	127.600,00
	4	Persiana vertical	m²	50,00	150,00	1.985,00	132.002,50
	5	Películas de proteção solar	m²	50,00	150,00	1.175,00	92.825,00
	6	Luminárias do tipo painel LED	Unidade	100	200	436	113.176,88

	7	Piso vinílico	m²	100,00	600,00	2.586,00	694.341,00
1	8	Cabos elétricos com seção de 2,50 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V	m	100,00	4.000,00	12.327,00	44.007,39
	9	Cabos elétricos com seção de 4,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V	m	100,00	2.000,00	6.132,00	32.499,60
	10	Cabos elétricos com seção de 10,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V	m	100,00	200,00	415,00	6.046,55
	11	Cabos elétricos com seção de 16,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V	m	100,00	200,00	438,00	9.119,16
	12	Cabos elétricos com seção de 95,00 mm², com isolamento em PVC/A 0,6/1,0KV	m	100,00	1.000,00	2.240,00	291.625,60

Órgão Participante: Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Planalto - UASG 160148

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO mínima	REQUISIÇÃO máxima	QUANTIDADE TOTAL	V ALOR TOTAL (R\$)
	1	Forro de fibra mineral S-18180	m²	1	1.500	1.500	244.455,00
	2	Divisórias moduladas S-15814	m²	1	1.000	1.000	800.000,00
	3	Porta para divisória S-15814	unidade	1	40	40	116.000,00
	4	Persiana vertical S-25321	m²	1	1.600	1.600	106.400,00
	5	Películas de proteção	m²	1	1.100	1.100	86.900,00

		solar S-5584					
	6	Luminárias do tipo painel LED S-13757	unidade	1	400	400	103.832,00
	7	Piso vinílico S-5312	m²	1	1.900	1.900	510.150,00
1	8	Cabo elétrico de seção de 2,50 mm², com isolação em PVC/A 450 /750V M-250567	metro	1	1.000	1.000	3.570,00
	9	Cabo elétrico de seção de 4,00 mm², com isolação em PVC/A 450 /750V M-408495	metro	1	1.000	1.000	5.300,00
	10	Seção de 10,00 mm², com isolação em PVC /A 450/750V M-250568	metro	1	400	400	5.828,00
	11	Seção de 16,00 mm², com isolação em PVC /A 450/750V M-254384	metro	1	200	200	4.164,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no item 4 do Estudo Técnico Preliminar nº 9/2025.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Será adotado o SRP, pois é de interesse da Administração a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, conforme inciso II do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5.1. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, será admitida a renovação dos quantitativos registrados, desde que a Administração demonstre a continuidade da necessidade da contratação e a vantajosidade dos preços, observados os limites previstos no Estudo Técnico Preliminar e a disponibilidade orçamentária.

1.6. O prazo de vigência da contratação decorrente da ARP será de até 1 (um) ano, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. Não haverá cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) em virtude da necessidade de se manter a padronização dos itens a serem adquiridos, com vistas a evitar o fornecimento de produtos distintos para cada item.

1.9. Os bens a serem fornecidos (Grupo 1 do objeto) ou fornecidos e instalados (itens de 1 a 7 do objeto) deverão possuir prazo de garantia mínimo de 1 (um) ano.

1.9.1. Durante o prazo de garantia, a Contratada obriga-se a substituir ou reparar, **às suas expensas**, qualquer objeto que apresente defeito, inclusive na instalação, que não decorra do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.

1.9.2. Incumbe à Contratada o ônus da prova da origem do defeito.

1.10. Os bens deverão ser entregues e instalados em perfeitas condições de uso e só serão recebidos pela Administração se não houver necessidade de reparos posteriores.

1.10.1. As portas e divisórias deverão possuir a mesma tonalidade, sendo rejeitados itens que possuam variações de tonalidade.

1.10.2. Com relação às divisórias, entende-se por "de saque frontal" divisórias dotadas de placas que, individualmente, possuam operações de montagem e de desmontagem simples e independentes, por meio de encaixes, para cada face, de forma que intervenções em uma delas não interfira em outra face ou em módulos adjacentes, proporcionando atividades de remanejamentos ou de manutenções de forma ágil e fácil. Entende-se por "totalmente reutilizáveis" divisórias dotadas de componentes cuja remoção ou o remanejamento possam ser realizados por intermédio de operações simples de montagem e de desmontagem, sem prejuízo às suas funções originais e sem inutilização de peças, viabilizando, ressaltados os componentes de fixação (ao piso, à parede ou ao teto), o seu total remanejamento. Entende-se por "piso-teto" a instalação das divisórias do piso acabado (i.e., após a conclusão do revestimento decorativo) até o teto, compreendendo, dessa forma, todo o pé-direito dos ambientes. Entende-se por "em painéis cegos" a instalação de elementos sem aberturas (e.g., janelas ou vidros), ressaltadas as portas, que devem possuir módulo próprio. Entende-se por "eletrificáveis" a capacidade de instalar cabos (de instalações elétricas e de rede lógica) em canaletas individuais e com possibilidade de visita através de tampas removíveis, no interior dos seus montantes e rodapés, por toda a extensão das divisórias e entre suas superfícies, sem interferência com os demais componentes do conjunto. As peças - montantes, guia superior (junto ao teto), guia inferior (junto ao piso) e transversais - devem possuir vazios e canais necessários à passagem de cabos e de condutores e à acomodação de atenuante acústico. Todos os materiais metálicos devem ser resistentes à corrosão, ou adequadamente protegidos contra a corrosão. Os batentes das portas devem possuir módulo próprio e intercambiável com o módulo em painel cego, confeccionados também em perfis de alumínio extrudado, dotado de compartimentos internos - para acoplamento do sistema de fixação - e externos - para acoplamento de atenuante acústico. A Contratada deverá apresentar, ao final dos serviços, certificado de conformidade dos materiais fornecidos com as normas técnicas aplicáveis da ABNT e laudo indicando o Índice de Redução Sonora dos ambientes. Tendo em vista a utilização de painéis de MDF e laminado melamínico, a Contratada deverá apresentar certificação de manejo florestal tais como FSC® (Forest Stewardship Council) e/ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) ou certificações equivalentes.

1.10.3. Com relação ao forro de fibra mineral, além das especificações requeridas no item 1 deste TR, as placas deverão ser recebidas em embalagens adequadas e armazenadas em local protegido, seco e sem contato com o solo, de modo a evitar o contato com substâncias nocivas, danos e outras condições prejudiciais. Deverá ser observado o nivelamento, o prumo, o esquadro e o alinhamento da estrutura de sustentação, compatibilizando-o com as alvenarias e revestimentos executados, bem como as luminárias e as divisórias especificadas. A instalação dos perfis principais e secundários deve seguir a modulação das luminárias, formando módulos quadrados.

1.10.4. Em relação aos cabos elétricos, a cada requisição do material, por meio de OS, a Administração definirá a quantidade a ser fornecida por cor, podendo ser preto, vermelho, verde, azul, branco ou amarelo. O valor a ser pago por metro será o oferecido na proposta da Contratada, independente da cor requisitada.

1.11. Juntamente com as propostas deverão ser entregues catálogos, folhetos ou instrumentos similares dos fabricantes dos produtos nos quais constem todas as especificações apresentadas pela Contratada em sua proposta.

1.11.1. Os catálogos, folhetos ou instrumentos similares dos fabricantes dos produtos deverão ser entregues em versão em português e, quando cabível, deverão ter relação da rede de assistência técnica autorizada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000003/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;

III) Id do item no PCA: vide tabela abaixo;

VI) Classe/Grupo: vide tabela abaixo; e

V) Identificador da Futura Contratação: vide tabela abaixo.

Id do item no PCA	164	147	186	185	165	149	141
Classe /Grupo	6240 - LÂMPADAS ELÉTRICAS	7230 - TAPEÇARIAS, CORTINAS E PERSIANAS	5640 - PAINEL DE PAPELÃO, PAPEL EMPREGADO EM CONSTRUÇÃO E MATERIAIS DE ISOLAMENTO TÉRMICO	5670 -COMPONENTES PRÉ-FABRICADOS PARA CONSTRUÇÃO	6145 - FIOS E CABOS ELÉTRICOS	7220 - REVESTIMENTOS PARA PISOS	9390 - PRODUTOS DIVERSOS NÃO METÁLICOS
Identificador da Futura Contratação	110120-77/2025	110120-91/2025	110120-60/2025	110120-61/2025	110120-76/2025	110120-89/2025	110120-96/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. A seleção dos materiais a serem adquiridos levou em consideração as recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª edição.

4.2.1. De acordo com o guia supracitado, para a aquisição de luminárias de LED com dispositivo de controle integrado à base, será exigido o registro no INMETRO, considerando a Portaria nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva, bem como a apresentação de Selo de identificação da conformidade nos termos da Portaria nº 69, de 16 de fevereiro de 2022.

4.2.2. Não foram encontrados requisitos de sustentabilidade específicos para os demais produtos além das especificações já requeridas para cada item.

4.3. Será exigido o descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados durante a instalação dos itens de 1 a 7 do objeto.

4.4. A Contratada deverá observar, no que couber, os critérios de margens de preferências em favor dos produtos manufaturados nacionais, conforme Decretos específicos.

4.5. A Contratada deverá acondicionar os bens, preferencialmente, em embalagens individuais, com o menor volume possível e que utilizem materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Indicação de marcas ou modelos

4.6. Na presente contratação será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), como referência de qualidade e para facilitação da descrição do objeto, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

4.7. As indicações de marcas, modelos e características dos objetos da presente contratação estão inseridas no item 1.1 deste TR e no ETP nº 9/2025, no qual também se encontram as justificativas para tais indicações.

4.7.1. A Administração apenas aceitará itens que estejam dentro dos parâmetros e características exigidos nos documentos da presente contratação.

Da exigência de amostra

4.8. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.8.1. A exigência de apresentação de amostra tem a finalidade de oportunizar a avaliação da equipe técnica quanto às especificações dos materiais a serem adquiridos.

4.8.2. A avaliação prévia tem o intuito de atestar que os itens adquiridos manterão mínima padronização em relação às estruturas já existentes no espaço físico da unidade, além de confirmar a qualidade dos materiais com base nos parâmetros exigidos.

4.9. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.9.1. Forro de fibra mineral;

4.9.2. Divisórias moduladas;

4.9.3. Porta para divisória;

4.9.4. Persiana vertical;

4.9.5. Películas de proteção solar;

4.9.6. Luminárias do tipo painel LED;

4.9.7. Piso vinílico;

4.9.8. Cabos elétricos:

4.9.8.1. Seção de 2,50 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V;

- 4.9.8.2. Seção de 4,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V;
- 4.9.8.3. Seção de 10,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V;
- 4.9.8.4. Seção de 16,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V; e
- 4.9.8.5. Seção de 95,00 mm², com isolamento em PVC/A 0,6/1kV.

4.10. As amostras deverão ser entregues:

- **No complexo sede da ABIN, situado no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1 e 2, CEP 70610-905, Brasília /DF**, no prazo limite de **15 (quinze) dias**, contado da solicitação do pregoeiro, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- Na Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Planalto, localizada na Avenida do Exército, SN, SMU, Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Planalto; CEP 70630-903, Brasília.

4.10.1. As amostras serão analisadas pela fiscalização do contrato a fim de verificar a sua compatibilidade com as especificações técnicas exigidas para o objeto desta contratação, a qual emitirá parecer em que constará amostra "aprovada sem ressalvas", "aprovada com ressalvas" ou "reprovada". As peças fornecidas posteriormente de forma definitiva também serão submetidas a verificação.

4.11. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.13. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade que constam da descrição do objeto, item 1.1. deste TR, tais como material, acabamento e dimensões.

4.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste TR.

4.16. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados, deformados e cortados para realização de testes, pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem. As amostras aprovadas ficarão retidas para comparação com o material a ser entregue e só serão postos à disposição para retirada pela empresa depois da entrega definitiva do objeto da compra.

4.16.1. As amostras/protótipos apresentados pelas licitantes deverão ser de lote comercial, não sendo aceitos produtos produzidos com o único fim de serem apresentados como amostras.

4.16.2. Os custos das amostras, diretos e indiretos, correrão às **expensas da empresa licitante**.

4.17. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **10 (dez) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.17.1. As amostras serão retiradas pela empresa licitante no mesmo endereço em que foram entregues.

4.18. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.19. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 por se tratar de aquisição comum em que não há prestação de serviço com mão de obra exclusiva, além do que os riscos da execução não justificam essa demanda.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Disposições gerais

5.1. Uma vez assinada a Ata de Registro de Preços (ARP), a Administração poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente, cujo objeto será o fornecimento (para o Grupo 1) ou fornecimento com instalação (para os itens de 1 a 7) do material para o qual a Contratada foi a licitante vencedora do certame.

5.2. O contrato decorrente da ARP terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da assinatura, e será prorrogável.

5.2.1. Durante a vigência do contrato, a Contratante encaminhará OSs à Contratada, na qual constará a composição da parcela a ser fornecida, o prazo de entrega e o prazo de instalação, se for o caso.

5.2.2. Para o cumprimento total do objeto do contrato, a Contratante poderá parcelar o objeto em mais de uma OS.

5.3. A instalação (dos itens de 1 a 7 do objeto) acontecerá conforme indicação da fiscalização do contrato e de acordo com os quantitativos de cada OS, respeitando as quantidades mínima e máxima da ARP.

Condições de Entrega

5.4. O prazo de entrega dos itens do Grupo 1 será de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da OS pela Contratada. As entregas serão realizadas em remessa única (entrega todos os itens constantes de cada pedido).

5.4.1. Caso a Contratada não se manifeste formalmente sobre a OS no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu envio, a OS será considerada recebida. Dessa data será iniciada a contagem do prazo para entrega dos bens.

5.5. O prazo de entrega e instalação dos itens de 1 a 7 será de até 30 (trinta) dias, contado da realização da medição e conferência das condições dos locais em que serão aplicados, pela Contratada. As entregas serão realizadas em remessa única (entrega de todos os itens constantes de cada pedido).

5.6. A medição dos locais de aplicação será realizada pela Contratada, sob supervisão da Contratante, e deverá ter início em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da OS.

5.6.1. Caso a Contratada opte pela não realização da medição dos locais de instalação, o prazo para entrega e instalação começará a vigor do recebimento da OS pela Contratada.

5.6.2. Caso a Contratada não se manifeste formalmente sobre a OS no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu envio, a OS será considerada recebida. Dessa data será iniciada a contagem do prazo para medição dos locais de aplicação.

5.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.8. Os bens deverão ser entregues e instalados nos seguintes endereços:

5.8.1. Complexo sede da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, situado no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1 e 2, CEP 70610-905, Brasília/DF.

5.8.2. Avenida do Exército, SN, SMU, Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Planalto; CEP 70630-903, Brasília.

5.9. A Contratada ainda deverá:

- 5.9.1. Apresentar à Contratante, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para execução do serviço de instalação dos itens de 1 a 7;
- 5.9.2. Apresentar, em cada fornecimento, as características do produto que está sendo fornecido e instalado, para fins de conferência;
- 5.9.3. Executar o fornecimento e instalação dos itens em compatibilidade com os projetos e orientações apresentados pela Contratada, devendo adequar o ritmo de suas atividades às atividades acessórias do Órgão, como passagem de cabeamento elétrico e de rede lógica, por exemplo;
- 5.9.4. Planejar e executar suas atividades de modo a prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho, preservar a saúde de seus empregados e o meio ambiente;
- 5.9.5. Executar os serviços em horários definidos pela Contratante, podendo executá-los em horários distintos somente com a autorização da mesma;
- 5.9.6. Seguir as recomendações do fabricante do produto, sob pena de não aceitação do material;
- 5.9.7. Efetuar remoções, recortes e ajustes de forros, caso necessário, quando da preparação para instalação dos novos forros, divisórias, portas, persianas e luminárias;
- 5.9.8. Efetuar a regularização/recomposição do contrapiso quando necessário para perfeita instalação dos pisos dos vinílicos;
- 5.9.9. Remover móveis que eventualmente estejam atrapalhando a instalação dos itens contratados;
- 5.9.10. Manter placas de sinalização e isolamento durante a execução dos serviços de instalação, visando evitar acidentes com pessoas e patrimônio de terceiros; e
- 5.9.11. Efetuar a limpeza total dos resíduos gerados pela instalação e o respectivo descarte ambientalmente adequado.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 9 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.10.1. O prazo de 9 meses exigido para a garantia contratual visa garantir que a contratada seja responsável pela manutenção dos equipamentos adquiridos por prazo mínimo de 12 meses (somando-se ao prazo da garantia legal que é de 3 meses).

5.10.2. A exigência está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021. A contratação deve buscar: durabilidade, qualidade, redução de custos com manutenção corretiva, melhor relação custo-benefício.

5.10.3. Os itens em questão são bens duráveis e estão sujeitos a uso contínuo e intenso. A exigência de 12 meses totais de cobertura permite que defeitos ocultos se manifestem, garante a estabilidade pós-instalação, reduz risco de falhas prematuras, assegura desempenho adequado ao longo de um ciclo anual completo (incluindo variações térmicas e de umidade).

5.11. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, a Contratada deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.12. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso e instalação, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

5.13. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

- 5.14. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.15. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.15.1. A Contratada deverá se manifestar em relação a solução a ser dada para reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito, inclusive marcando visita técnica onde foram instalados, em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação da Contratante.
- 5.16. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.17. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.
- 5.18. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.19. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou sem a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.20. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 5.21. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.1. Em casos de urgência, excepcionalmente, a comunicação inicial poderá ser realizada verbalmente, desde que formalizada por escrito com a maior brevidade possível, preferencialmente por meio de correio eletrônico, com a devida confirmação de recebimento.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para a Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Recebimento provisório dos itens do Grupo 1 do objeto (fornecimento de cabos elétricos)

8.1. Os bens serão entregues, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente. Após verificação de sua conformidade com as especificações constantes no TR e na proposta, os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato em até 05 (cinco) dias úteis da entrega.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, antes ou depois do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no TR e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Recebimento provisório dos itens de 1 a 7 do objeto

8.3. Os bens serão recebidos provisoriamente após a entrega do material instalado e em perfeitas condições de uso, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no TR e na proposta.

8.4. A Contratante emitirá Termo de Recebimento Provisório em até 05 (cinco) dias úteis da entrega do material instalado.

8.4.1. Uma vez constatadas ressalvas, a Contratante comunicará à Contratada os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.4.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções dos materiais empregados ou resultantes da instalação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4.3. A fiscalização não liberará a emissão de nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente até que sejam sanadas todas as ressalvas constantes do Termo de Recebimento Provisório.

8.5. São impeditivos para o recebimento provisório:

a) a constatação de quaisquer danos, avarias ou defeitos que impeçam o pleno funcionamento ou estética do bem;

b) a não conclusão de todos os testes de campo e a não entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, quando cabíveis; e

b) a existência de qualquer sujeira, pó, respingo, dentre outros resíduos, que devem ser removidos com a limpeza "fina" dos ambientes onde houve a instalação.

Disposições gerais sobre recebimento

8.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo.

8.6.1. Para os itens do Grupo 1 do objeto, em havendo a necessidade de substituição dos bens, o prazo de 10 (dez) dias úteis para que seja dado o recebimento definitivo restará sobrestado até que a substituição seja concluída.

8.7. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.10. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.12. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta da Contratada e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.13. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022.

8.13.1. Para o item 8 do objeto, caso a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente já tenha sido recebida mas a Contratante ainda não tenha dado o recebimento definitivo devido a necessidade de substituição dos bens, o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

8.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.15.1. o prazo de validade;

8.15.2. a data da emissão;

8.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.15.5. o valor a pagar; e

8.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.16. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

8.17. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.18.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; e

8.18.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

8.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.21. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.23. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

8.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.28. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.29. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.30. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação da Contratante.

8.30.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.30.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como à certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.30.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.30.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

8.31. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **04/03/2026**.

8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice Nacional de Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO** sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.4. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; e

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega (item 8 do objeto), não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

9.25.2. A exigência de apresentação de balanço patrimonial, de demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais visa reduzir o risco de paralisação contratual, diminuir a probabilidade de rescisão por insolvência e proteger o erário contra prejuízos decorrentes de inadimplemento.

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31.1. Os índices econômicos são obtidos a partir de fórmulas, dependem da correta classificação das contas e podem ser manipulados por erro ou interpretação inadequada. A exigência de profissional. Exigir declaração assinada por profissional habilitado garante responsabilização profissional, maior confiabilidade das informações e redução de risco de erro material.

Qualificação Técnica

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. Para o item 1 - fornecimento e instalação de forro de fibra mineral, de gesso ou similar em área mínima de 200 m²;

9.32.1.2. Para o item 2 - fornecimento e instalação de divisória de MDF/MDP de saque frontal ou similar em área mínima de 115 m²;

9.32.1.3. Para o item 3 - fornecimento e instalação de, no mínimo, 5 portas em MDF/MDP ou similar;

- 9.32.1.4. Para o item 4 - fornecimento e instalação de persiana/cortina em área mínima de 200 m²;
- 9.32.1.5. Para o item 5 - fornecimento e instalação de película de proteção solar em área mínima de 120 m²;
- 9.32.1.6. Para o item 6 - fornecimento e instalação de, no mínimo, 40 luminárias em LED;
- 9.32.1.7. Para o item 7 - fornecimento e instalação de piso vinílico em área mínima de 300 m².
- 9.32.1.8. Para os itens do Grupo 1 - fornecimento de cabos elétricos com as seguintes características:
- 9.32.1.8.1. Seção de 2,50 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V - fornecimento mínimo de 1.250,00 m;
 - 9.32.1.8.2. Seção de 4,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V - fornecimento mínimo de 600,00 m;
 - 9.32.1.8.3. Seção de 10,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V - fornecimento mínimo de 40,00 m;
 - 9.32.1.8.4. Seção de 16,00 mm², com isolamento em PVC/A 450/750V - fornecimento mínimo de 40,00 m;
 - 9.32.1.8.5. Seção de 95,00 mm², com isolamento em PVC/A 0,6/1,0KV - fornecimento mínimo de 250,00 m;

9.32.2. Será permitido um atestado para comprovação do fornecimento e um atestado para comprovação dos serviços de instalação para cada item do objeto, desde que cada um desses atestados contenha no mínimo as quantidades e características exigidas do subitem anterior.

9.32.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ **4.743.723,28** (quatro milhões, setecentos e quarenta e três mil, setecentos e vinte e três reais e vinte e oito centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1 acima.

10.2. Os preços registrados em ata poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília/DF, 23 de março de 2026.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO CONTRATUAL

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

1.3.2. a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. São obrigações da Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

3.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 1 (um) mês; e

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar à fiscalização contratual, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

4.1.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133 /2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

5.3.1. ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ~~ou na contratação direta~~, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

- 7.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar a Contratada) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Brasília/DF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO PEDRO GOMES DE JESUS

Integrante Requisitante Substituto



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 11:54:07.

FLAVIO SILVA MIRANDA

Integrante Requisitante Titular



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 11:58:04.

FELIPE DOS SANTOS ALBUQUERQUE

Fiscal de Contrato Titular